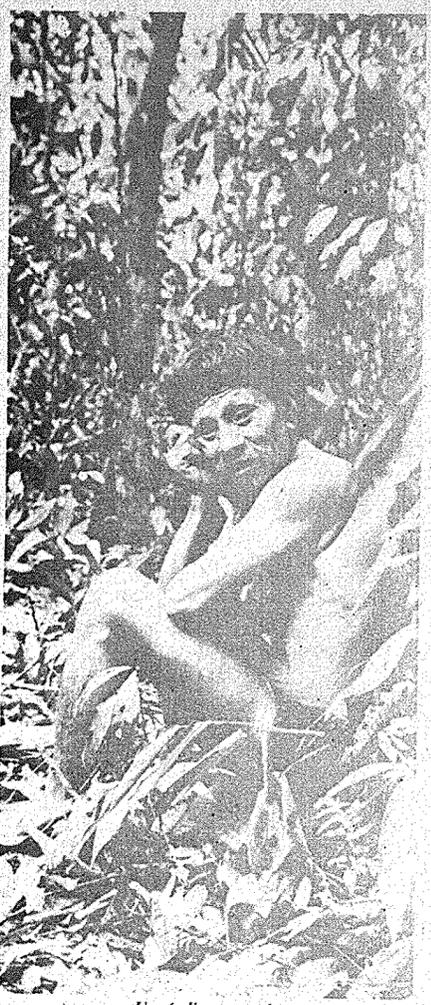


O kaiapó Payakan, coordenador do encontro



Meninos parakanã, que habitam a região



Um índio araweté

# Índios discutem seu futuro

**M**il e 500 índios de 15 nações do Brasil, três do Canadá e duas dos Estados Unidos estarão reunidos no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, na cidade de Altamira-Pará, entre os dias 20 a 25 próximos. Neste encontro serão discutidas as consequências sociais e ecológicas que serão provocadas pela implantação, na Volta Grande do Rio Xingu, das usinas hidrelétricas Cararaó e Babaquara, para sete povos indígenas, cerca de 30 mil trabalhadores, colonos, pescadores, barqueiros, seringueiros, catadores de castanha, garimpeiros, comerciantes e moradores da cidade de Altamira e mais três povoados, inclusive com o alagamento de 300km de rodovias, e para as riquíssimas fauna e flora da região.

O encontro sistematizará as propostas que contemplam os interesses dos povos indígenas e da população ribeirinha, à luz das experiências adquiridas durante a construção das hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, que atingiram os povos Gavião, Parakanã e Waimiri-Atroari e 25 mil ribeirinhos. Também refletirá sobre a intenção expressa no Plano 2010 da Eletrobrás de construir mais 70 hidrelétricas nos vales amazônicos. O presidente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), Miguel Nunes, já confirmou sua presença. A reunião contará ainda com a participação de dezenas de entidades indígenas, preservacionistas e instituições científicas que estudam a Amazônia, representantes do Banco Mundial, além de parlamentares e personalidades brasileiras e estrangeiras e quatro emissora de tevê da Europa.

Os estudos para o "aproveitamento integral do Rio Xingu" foram iniciados em 1975, encomendados pela Eletrobrás ao Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores — CNEC — uma empresa de consultoria pertencente ao grupo Camargo Correa. Esse plano propõe a construção de cinco hidrelétricas no Rio Xingu e uma no seu principal afluente, o Rio Iriri, com capacidade total de gerar 22 mil megawatts (quase o dobro de Itaipu). A Eletrobrás considera este o "maior projeto nacional do final do século e início do próximo". As usinas de Cararaó e Babaquara, próximas da cidade de Altamira, serão as maiores e as primeiras a serem construídas (no início da próxima década): juntas gerarão 17.600 megawatts, o lago do reservatório será de 7.200km<sup>2</sup> e o custo das duas obras está orçado em 10,6 bilhões de dólares.

Esse imenso lago atingirá os territórios dos povos Arara, Asurini, Araweté, Cararaó, Juruna, Parakanã e Xikrin. Várias aldeias terão que ser deslocadas e seus territórios serão submetidos à forte atração migratória exercida pelos dois atrativos projetos (só empregos diretos na construção de Cararaó, o CNEC prevê 13 mil pessoas). Em seguida sofrerão com a construção de novas áreas residenciais, com a implantação de empresas mineradoras, agroindustriais, madeiras, construção de estradas, além da retirada de material (solo e rochas) de construção.

Esses impactos aumentarão seu confinamento territorial, provocando o desaparecimento de sítios arqueológicos, ampliando a fragmentação de suas identidades culturais, aproximando-os da definitiva extinção.

O encontro de Altamira será, ainda,

uma oportunidade para se aprofundar o debate das idéias, oriundas de governos e instituições ecológicas de várias partes do mundo, que viabilizem a preservação da floresta amazônica e seu complexo ecossistema, através do uso de tecnologias brandas, que aprovei-

tam a variedade incalculável de espécies (vegetais e animais) e a potencialidade de suas inestimáveis riquezas sem provocar os desastres atuais. Isto exigirá o redirecionamento do modelo exportador implantado a partir dos anos 60, assentado em grandes em-

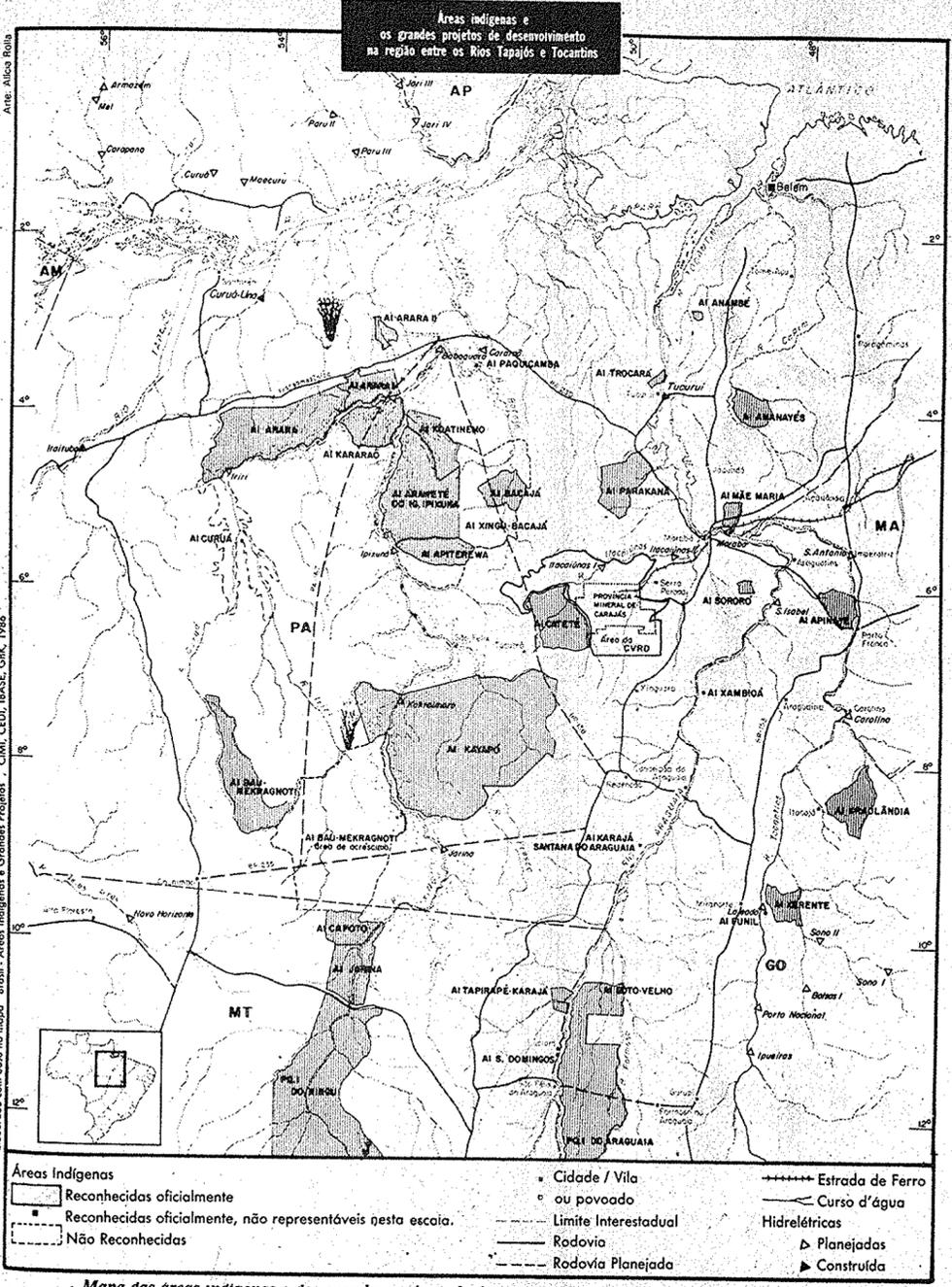
presas agropecuárias, minerometalúrgicas, madeiras e projetos de infraestrutura industrial de avassaladores efeitos predatórios, responsáveis por mais de 20 milhões de hectares devastados.

No livro "As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas", lançado no final de 1988 pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, são analisadas por 22 pesquisadores de diversas áreas (como o físico Luiz Pinguelli Rosa, a doutora em Ciência e Tecnologia da Unicamp Ângela Tude de Souza, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e vários engenheiros, sociólogos, indigenistas, ecólogos, biólogos, todos profissionais de reconhecida competência) as profundas alterações econômicas, sociais, políticas e culturais produzidas pelos projetos hidrelétricos. No caso dessas imensas usinas, além de consumirem vultosos recursos, elas são o suporte de todo um projeto político e econômico que baliza o futuro do País. Como vivemos um contexto político diverso daquele que motivou os estudos para a implantação desses empreendimentos (época dos governos militares), estes pesquisadores, e a população que será diretamente atingida, estão propondo a rediscussão do projeto de aproveitamento do Rio Xingu, inclusive com a participação do Congresso Nacional.

Essa rediscussão é inevitável, pois é sabido que o empenho para os estudos de viabilidade técnico-econômica foi muito maior do que o esforço empreendido na análise dos impactos sociais e ambientais, até agora incompletos e insuficientes. O coordenador do encontro de Altamira, o índio kaiapó Paulo Payakan, afirma que até hoje, nenhum povo indígena, ou qualquer outro segmento da população que vive nas áreas que serão afetadas, foi procurado pelos técnicos — a população continua marginalizada do processo e carente de informações.

A democratização de decisões para empreender obras hidrelétricas com tamanha envergadura é a única maneira de evitar que os problemas futuros sejam percebidos como fatos consumados. Já existe uma consciência firmada de que não é suficiente tratar essas consequências a partir de indenizações e planos de reassentamento; é necessário se conhecer com profundidade o conjunto dos impactos, as suas várias repercussões, afinal é toda uma dimensão histórico-cultural que vai ser modificada pelo empreendimento. São conhecimentos adquiridos e acumulados ao longo do tempo sobre o uso da terra, da floresta, dos mananciais e dos cursos hídricos que serão transformados.

A experiência internacional tem provado que a análise exaustiva de todos os aspectos — físicos, econômicos, ecológicos, sociais —, antes da aprovação dos projetos, contribui para maximizar os usos do empreendimento e garantir a melhoria da qualidade de vida da população.



Mapa das áreas indígenas e dos grandes projetos de desenvolvimento entre os rios Tapajós e Tocantins